



ECONOMIA

JUSTIÇA

Plano especial para salvar empresas só teve 4 adesões

Medida apresentada pelo Governo para salvar empresas que estavam saudáveis antes da pandemia praticamente não foi usada. Especialistas pedem prorrogação do prazo, que termina a 31 de dezembro e o PSD avançou com propostas de alteração, para flexibilizar e proteger alguns credores.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

Apenas quatro empresas recorreram, até agora, ao Processo Extraordinário de Viabilização de Empresas (PEVE), criado no ano passado depois do primeiro confinamento e que, sendo temporário, deverá vigorar apenas até 31 de dezembro deste ano. O instrumento foi pensado para ajudar a salvar empresas que, a 31 de dezembro de 2019 apresentavam finanças saudáveis e com viabilidade – com capitais próprios positivos –, mas que tiveram problemas na sequência da pandemia. Segundo a informação do Portal Citius, dos quatro PEVE que chegaram aos tribunais, um deles foi recusado, um outro foi já homologado e há mais dois que estão a aguardar por um desfecho.

O PEVE entrou no Parlamento em agosto, mas só entrou em vigor a 28 de novembro. Desde então passaram quase seis meses, o país viveu mais um confinamento, com muitas empresas a serem obrigadas a fechar, mas o recurso a ele foi praticamente nulo.

José Rui Giesteira, presidente da Associação Portuguesa dos Administradores Judiciais (APAJ), admite que uma das razões para isso pode ser a “falta de informação sobre como funciona o mecanismo, que continua a ser desconhecido das empresas e dos mandatários”, mas acredita que há outra razão que pode explicar a tão fraca adesão: “As medidas que o Governo foi tomando para ajudar as empresas estão ainda em vigor, o que leva a adiar este tipo de decisões.”

O PEVE, lembra o presidente

da APAJ, “tem uma grande vantagem em relação ao Processo Especial de Revitalização (PER) ou à própria insolvência, que exigem uma negociação com todos os credores para chegar a um plano de pagamentos”. No PEVE é a empresa que toma a iniciativa de ir ter com os credores e, conseguindo o apoio de uma maioria destes, leva o acordo já feito ao tribunal para ser homologado”. Ou seja, “além de correr tudo em prazos muito curtos, aqui a empresa já vai com a solução e não tem de haver o estigma e o impasse das negociações”.

O problema é que as empresas, “mesmo estando com dificuldades, contam ainda com as moratórias e com apoios à retoma, pelo que vão adiando o recurso a este tipo de mecanismos”, explica José Rui Giesteira. Quando, sublinha, até para os bancos, em regra os maiores credores, “fazia sentido antecipar o problema e o momento era agora, para se prepararem para o futuro”. Ou seja, “todos tinham vantagem em negociar os créditos com calma e mais clareza”, até porque “com tempo e disponibilidade podem encontrar-se soluções diferentes do que as que haverá quando as empresas estiverem já em situação de pré-insolvência”, quando se acabarem as moratórias e os apoios.

Natália Garcia Alves, sócia da SRS Advogados, fala noutro problema: a lei prevê que “se a empresa tiver beneficiado de auxílios estatais e se, havendo lugar a reembolso, os mesmos não tiverem sido reembolsados, já não poderá recorrer ao PEVE”. Ora, recorda, “as medidas de apoio à capitalização começaram a chegar a seguir ao primeiro confinamento e as empresas, quando em novembro saiu o PEVE, que de facto lhes podia interessar, ficam impossibilitadas de a ele recorrer”.

Quanto à negociação de acordos, “a banca está disponível em

situações de negócios de monta, mas se calhar nos negócios mais pequenos, apesar de os créditos serem menores, não mostrará tanto interesse”, acrescenta a advogada. Há depois a Segurança Social e o Fisco que “normalmente são entidades que obstam à aprovação de planos, porque implicam perdão de juros”, refere Natália Garcia Alves. José Rui Giesteira concorda, embora sublinhe que nos últimos tempos a Segurança Social está muito mais receptiva do que a AT na negociação de acordos. Ambos os especialistas apelam a que o PEVE seja prolongado no tempo, pelo menos por mais um ano, porque os problemas das empresas ainda estão para vir, quando se acabarem os apoios do Estado e as moratórias.

PSD avança com alterações

O PEVE volta esta sexta-feira ao Parlamento, por mão do PSD, que apresentou uma proposta de alterações à lei, mas, para já, não está em cima da mesa qualquer prorrogação do prazo de vigência. Na justificação de motivos, os sociais-democratas sublinham que o instrumento “não está a cumprir plenamente os fins para os quais foi criado” e falam na “dificuldade de perceção de algumas soluções”. O partido propõe algumas alterações em matéria de formalidades de negociações, em particular prazos de decisão ou maiorias de credores necessárias para o acordo. Além disso, o PSD quer que os credores que tenham fornecido serviços essenciais, como luz, água ou comunicações e que por lei não puderam interromper o fornecimento, mesmo sem pagamento, passem a ter privilégios face aos restantes credores, à exceção apenas dos trabalhadores. A ideia, entende o PSD, é que “devem passar a ter algum grau de segurança no que concerne à recuperação do seu crédito”. ■



Apesar de muitas empresas terem tido de fechar portas, os apoios do Estado a



“

As medidas do Governo para ajudar as empresas estão ainda em vigor, o que leva a adiar este tipo de decisões.

JOSÉ RUI GIESTEIRA
Presidente da APAJ

“

O PEVE deveria ser prolongado por mais um ano, porque os problemas das empresas ainda estão para vir.

NATÁLIA GARCIA ALVES
Advogada da SRS

Vitor Sousa/MovePhoto



idaram a segurar as contas.

Apoios covid travam insolvências de famílias

No primeiro trimestre deste ano contabilizaram-se 2.207 processos de insolvência, processos especiais de revitalização (PER) e processos especiais para acordo de pagamento (PEAP), os principais instrumentos que as empresas em dificuldades têm à sua disposição para resolver os problemas com os credores. Comparando com os 2.612 registados no primeiro trimestre de 2020, regista-se uma redução de cerca de 16%. Os números são da Associação Portuguesa dos Administradores Judiciais (APAJ), que acompanha o número de processos que vão sendo instaurados.

Olhando apenas para as insolvências, enquanto o número de empresas que tiveram de recorrer a esse mecanismo se manteve relativamente estável (572 contra 573 no ano passado), já do lado das famílias regista-se uma diferença bem mais significativa: entre janeiro e março de 2020, 1.861 declararam a insolvência, enquanto este ano, no mesmo período, foram 1.513.

A tendência de redução verifica-se igualmente nos PER (50 este ano, menos 44 que no ano passado) e nos PEAP (66, contra 84 em 2020).

José Rui Giesteira, que preside à APAJ, não tem dúvidas de que, em tempos de pandemia e com empresas e famílias a atravessarem problemas financeiros e de liquidez, são os apoios do Estado no âmbito da covid-19 que seguraram os números. “No caso das pessoas singulares, as moratórias, sobretudo, têm um peso muito grande”, a que se junta “a suspensão dos processos executivos e do despejo, que reduziram muito a pressão para as empresas e famílias se apresentarem à insolvência”.

Com o fim das medidas de apoio e principalmente das moratórias bancárias, a expectativa é que as insolvências voltem a disparar. ■ FL

negócios

negocios.pt

Quinta-feira, 13 de maio de 2021 | Diário | Ano XVII | N.º 4493 | € 2,70
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Mais empresas forçadas a parar por falta de chips

Depois da Autoeuropa, também a PSA e a Bosch já foram obrigadas a parar a produção devido à falta de semicondutores. Outros setores estão a pagar “preços exorbitantes” pelos chips.

EMPRESAS 16 e 17



Portugal cresce menos e deixa-se passar por Espanha

Bruxelas pessimista sobre evolução da economia nacional.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

Plano extra para salvar empresas só teve 4 adesões

Medida lançada pelo Governo, que termina a 31 de dezembro, quase não foi usada. Especialistas pedem prorrogação do prazo.

ECONOMIA 8 e 9

Jerónimo Martins destrona EDP como cotada mais influente no PSI-20



A empresa liderada por Pedro Soares dos Santos valoriza 13% desde o início do ano, impulsionada pelas expectativas de uma retoma interna.

MERCADOS 20 e 21

Injeção de capital Governo garante que vai cumprir contrato no Novo Banco

Tribunal de Contas alerta para a opacidade do contrato de venda.

EMPRESAS 18 e 19, EDITORIAL

Indústria Corticeira Amorim muda modelo de governação

EMPRESAS 19

Tecnologia Inteligência artificial pode ajudar a justiça

LEX 12 e 13